



CONJUNTURA POLÍTICA E OS DESAFIOS DOS COMUNISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

CONJUNTURA POLÍTICA E OS DESAFIOS DOS COMUNISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

O estado de São Paulo tem perdido espaço econômico no quadro federativo nacional. Já chegou a responder por 35% do PIB brasileiro em 2022, mas agora o índice está em 31% em 2024. O crescimento de 2024 foi de 3,4%, patamar idêntico ao crescimento do País. Para 2025, a perspectiva é acompanhar o crescimento nacional. No primeiro trimestre, o crescimento acumulado foi de 2,4%, diante dos 1,8% nacionais. Segundo a Fundação Seade, a perspectiva é de crescer entre 2% e 2,5%, mesmo patamar do Brasil. Nesse cenário, sua participação total continuará na casa dos 30%.

O desempenho do PIB paulista de 2024 está distribuído em 67,4% em Serviços, 25,5% na Indústria e 7,1% na Agropecuária. São Paulo representa 35% da indústria de transformação nacional. Segundo as revistas Exame e Valor Econômico, edições especiais de 2023 sobre as empresas brasileiras, das mil maiores, 507 estão no estado de São Paulo e, destas 507, 333 estão na capital paulista.

O orçamento do estado de São Paulo corresponde a 1/3 do nacional, com R\$372,45 bilhões, sendo R\$33,5 bilhões destinados a investimentos.

A renda dos paulistas está em R\$2.588,00 per capita, a segunda maior do País, perdendo apenas para o Distrito Federal (R\$3.276,00) e muito superior ao pior desempenho, o do Maranhão (R\$1.078,00). A renda média nacional é de R\$2.069,00, o maior valor da série histórica feita pelo IBGE.

O desemprego dos paulistas também acompanha a série nacional: caiu de 6,3% no primeiro trimestre para 5,1% no segundo trimestre de 2025. A média nacional no segundo trimestre é de 5,8%, também a menor da série histórica. São Paulo gerou 560 mil postos de trabalho formais em 2024 e tem a terceira menor taxa de informalidade do País (29,3%), em sua maioria trabalhos precários. Somados a outros 24% dos chamados desocupados, cerca de 1,319 milhão de paulistas estavam sem emprego no segundo trimestre de 2025.

Segundo dados do Observatório DataMPE Brasil, em 2022, o total de empregos formais de São Paulo representava 44,9% para as mulheres, correspondendo a um

salário médio de R\$ 4.004,87, e 55,1% para os homens, com salário médio de R\$ 4.846,08. Absurda e persistente desigualdade sistêmica em pleno século XXI.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – de São Paulo, em 2024, (0,858) segue a lógica da geração de renda, sendo o segundo maior do País, atrás apenas do Distrito Federal (0,864). O do Brasil é 0,786.

Os dados apresentados mostram o estado de São Paulo bem posicionado, se comparado ao restante do País, mas também revelam assimetrias que geram enormes desigualdades internas. A riqueza produzida coletivamente é mal distribuída e as oportunidades são desiguais.

As regiões mais ricas do estado estão concentradas em três ou quatro manchas metropolitanas, com destaque para a Região Metropolitana de São Paulo (envolvendo ABC, Guarulhos e Osasco), a Região Metropolitana de Campinas, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, as Regiões Metropolitanas de Jundiaí e Sorocaba, e a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, esta última marcada por contrastes de extrema pobreza.

As regiões mais pobres e menos desenvolvidas são o Vale do Ribeira, o Litoral Norte e o Pontal do Paranapanema, com índices tão precários quanto os de lugares mais pobres do Brasil.

Há soluções importantes para o desenvolvimento de cada uma dessas regiões e para os centros mais ricos, onde a desigualdade igualmente predomina.

A principal solução é a geração de empregos qualificados, o aumento da renda salarial e o combate à precarização do trabalho. É fundamental também uma aproximação estratégica e proativa de capacitação e requalificação profissional para as pessoas diretamente impactadas pela substituição de suas funções por máquinas.

Para os centros mais desenvolvidos, o caminho é a aceleração tecnológica, a transformação das empresas, o crescimento da produção agrícola e o investimento adequado em mobilidade e habitação. Na contramão do desenvolvimento tecnológico, o Governo Tarcísio está vendendo 35 áreas de pesquisa do estado, que

estão vinculadas à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com forte oposição dos pesquisadores.

Para as regiões de menor desenvolvimento, é necessária a exploração de suas vocações regionais. A geologia do Vale do Ribeira indica importante ocorrência de reserva mineral dos chamados minerais críticos, e pode se transformar em uma das maiores reservas de terras raras do Brasil. O Litoral Norte possui uma extraordinária beleza natural, onde a qualificação do turismo pode oferecer melhores condições de crescimento. Já o Pontal do Paranapanema possui grandes reservas de terras improdutivas concentradas nas mãos de poucos proprietários. A experiência da reforma agrária nessa região e o apoio aos pequenos proprietários rurais podem fazer diferença fundamental para o seu desenvolvimento.

O Porto de Santos, maior da América Latina e responsável por 29% da corrente comercial brasileira, movimentou 179,8 milhões de toneladas e US\$ 165,8 bilhões em 2024 — cerca de 7,6% do PIB nacional. A construção do Túnel Santos-Guarujá reforça seu papel logístico estratégico. O partido defende que o porto permaneça sob gestão pública, integrada ao projeto nacional de desenvolvimento, e valoriza a mobilização dos trabalhadores santistas contra o PL 733/2025, em defesa dos empregos, da organização sindical e da soberania sobre esse patrimônio estratégico.

A busca pela qualificação industrial é a alternativa para São Paulo crescer em seu potencial. Regiões com vocações extraordinárias, como os pólos tecnológicos de Campinas, São José dos Campos, São Carlos e Ribeirão Preto, são exemplos de como devemos perseguir a inovação e a qualificação na produção de bens e sistemas produtivos. Cabe destacar o papel do MCTI no último período, conduzido pela ministra do PCdoB, Luciana Santos, que tem um compromisso com a reindustrialização e inovação brasileira, com impacto em São Paulo, demonstrando o compromisso dos comunistas com o desenvolvimento nacional.

Não se trata de substituir commodities por produtos tecnológicos, mas de acrescentar elementos que qualifiquem mais os nossos produtos, oferecendo melhores condições de desempenho financeiro, inclusive com a qualificação da mão de obra e melhores salários.

O proletariado paulista sofre com a precarização, mas é a mão de obra mais qualificada do Brasil, seguindo a vocação de industrialização iniciada no final do século XIX. Segundo a CNI, cruzada com dados do SEADE, há cerca de 13 milhões de operários industriais no país, dos quais 3 milhões estão em São Paulo, distribuídos em 182 municípios com mil ou mais trabalhadores fabris, sendo a Capital detentora de cerca de 1 milhão; seis municípios têm mais de 50 mil operários, 25 mais de 20 mil, e 65 mais de 10 mil.

Essa força de trabalho enfrenta crescente precarização, resultado da reestruturação capitalista e do avanço da economia plataformizada, que fragilizam as relações laborais e transferem riscos aos trabalhadores, agravada pelas reformas trabalhistas, da previdência e pela lei da terceirização, que reduziram direitos e proteção social, aprofundando a vulnerabilidade da classe trabalhadora paulista em um país ainda desigual e com baixo letramento tecnológico.

São Paulo cresce e é o maior estado da Nação porque adquiriu condições distintas das de outrora. Pretendeu ser independente, mas apenas se adequou às oportunidades colocadas para o País. A burguesia paulista foi contra o desenvolvimento nacional nos projetos de Vargas, Jango e, agora, de Lula. Mas, uma parcela, guarda contradições com o entreguismo e o rentismo, em função das elevadas taxas de juros e de seus interesses econômicos.

Há uma parcela desta burguesia que aposta em empreendimentos inovadores; está atenta ao cenário econômico internacional, marcado por forte concorrência tecnológica e comercial; e busca assumir papel relevante nas conjunturas políticas internas em curso. A aliança das forças avançadas com essa parcela das classes dominantes pode oferecer perspectivas políticas melhores para os trabalhadores e o povo de São Paulo. É preciso ousar para vencer esse estado de atraso no maior ente federativo do Brasil e, para isso, são imprescindíveis a engenharia, a ciência, a tecnologia e a inovação nacionais.

No entanto, diante deste cenário, Tarcísio de Freitas (REP) foi eleito governador em 2022 numa aliança política em torno da candidatura presidencial de Jair Bolsonaro (PL). Sua aliança contou com o seu partido, o Republicanos, somado ao PL e ao PSD. Ainda se aliaram partidos menores: PSC, PMN e PTB. Sua candidatura foi organizada a partir de um projeto ultraconservador, a representação do atraso

nacional em São Paulo. Enfrentou não apenas a esquerda, pela qual foi derrotado em cidades importantes, como São Paulo, mas também outra parcela conservadora, representada pelo governador Rodrigo Garcia, então candidato do PSDB.

Tarcísio de Freitas venceu o primeiro turno com 42,32% dos votos, ante 35,70% de Fernando Haddad (PT), 18,40% de Rodrigo Garcia (PSDB) e outros candidatos. No segundo turno, obteve 55,27% dos votos, ante 44,73% de Haddad.

O consórcio conservador de São Paulo mudou de mãos, abandonando o PSDB, hoje quase sepulto, dando lugar a uma formação de caráter mais reacionário e de pensamento político mais próximo do autoritarismo.

Os dados eleitorais de 2022 demonstram que, apesar de uma hegemonia direitista, São Paulo foi determinante para a derrota de Jair Bolsonaro. A vantagem de 3 milhões de votos contra a candidatura de Lula não foi suficiente para derrotar a ampla frente democrática que se estruturou em torno da candidatura, de oposição à época, e que contou com a importante adesão do ex-governador Geraldo Alckmin.

O governo Tarcísio de Freitas reúne uma parcela importante dos setores conservadores paulistas. Sua gestão é marcada por uma lógica neoliberal aguçada, com o enfraquecimento do papel do Estado enquanto agente de desenvolvimento econômico e social progressivo. Atua para entregar à iniciativa privada os serviços essenciais que o poder estatal detém, inclusive suas obrigações de fiscalização e controle; promove a diminuição do papel indutor e pujante para o desenvolvimento econômico e das ações sociais fundamentais para a preservação do desenvolvimento social dos trabalhadores e do povo.

Para caracterizar o atual poder político de São Paulo, será necessário melhor demonstrar o que pensa o governador Tarcísio de Freitas, o que significa o governo de São Paulo e que tipo de aliança é feita em torno desse poder.

Tarcísio de Freitas é de formação conservadora e autoritária, tem forte compromisso com o bolsonarismo e, no último período, assumiu abertamente o apoio aos movimentos golpistas, atuando diretamente junto ao Congresso Nacional na defesa da anistia aos criminosos. Faz um movimento aberto de se viabilizar como candidato à Presidência da República, com o apoio do bolsonarismo, especialmente o de sua

base ativa, apesar da resistência da família Bolsonaro. Busca manter em torno de si a direita e setores do centro.

Por outro lado, deseja o apoio de Jair Bolsonaro, sem o qual fica mais difícil unificar todo esse campo e ter força suficiente para vencer as eleições.

O governo se caracteriza por ser conservador, ideologicamente ultraliberal, de viés autoritário, equilibrando-se entre a necessidade do apelo ao eleitorado de extrema direita e o aceno a parcelas da sociedade que negam a ruptura democrática. Em síntese, podemos dizer que o governo se caracteriza por ser privatista, entreguista e autoritário.

A rigor, não há nenhum progresso pelo qual o governador possa se destacar positivamente, algo que chame a atenção e que fique registrado como um feito administrativo ou político — exceto o “mais do mesmo” na polarização política. As grandes marcas do governo do estado são as privatizações e a truculência policial, mas Tarcísio de Freitas também se sustenta na polarização contra a esquerda.

As marcas do governo servem apenas para atender à pauta ultraconservadora, como a aplicação da malfadada, mal organizada e ultrapassada escola cívico-militar. Um projeto mal concebido, de baixa adesão e repercussão, mais parecido com um arremedo para atender à pauta bolsonarista que acabou sendo suspenso pelo Tribunal de Contas Estadual, proibindo a utilização de recursos da Educação para custear policiais militares, determinando inclusive análise das despesas já realizadas. O projeto das escolas cívico-militares neste contexto, cumpre uma dupla função: por um lado, atua como cortina de fumaça ideológica, mobilizando o discurso da disciplina e da ordem — amplamente aceito em períodos de crise do capital —; por outro, legitima o avanço da militarização e da mercantilização do ensino. Trata-se de uma estratégia de controle social que busca desviar a atenção das medidas estruturais de desmonte: informatização privatizada, metas de desempenho desumanizantes e redução constitucional do investimento mínimo em Educação de 30% para 25%, o que significa a retirada de cerca de R\$ 9 bilhões do fundo público.

Seguindo essa política autoritária, o projeto educacional do governo rebaixou ainda mais a qualidade do ensino. O governo estadual aprofunda a precarização do

trabalho docente e o processo de privatização da escola pública, já tendo concedido 33 escolas à iniciativa privada. A ausência de concursos há mais de duas décadas, a intensificação das formas precárias de contratação e a imposição de um currículo centralizado e tecnocrático expressam a subordinação da educação à lógica do mercado, inclusive com casos de escândalo, como a compra de equipamentos de informática realizada por uma empresa cujo dono é o próprio secretário de Educação. Em contraposição a esse projeto regressivo, defendemos a reconstrução da escola pública estadual com base no trabalho como princípio educativo, na valorização profissional por meio de concursos públicos, na gestão democrática e no financiamento público estável. É preciso reverter a lógica da mercantilização e afirmar a educação como direito social e instrumento de emancipação humana, condição essencial para a formação de uma consciência crítica e para a superação das desigualdades de classe.

Na infraestrutura, as iniciativas são insuficientes para que se mude a vida do cidadão paulista. No transporte, a expansão do Metrô segue os planos e as contratações do governo anterior. Vias de acesso, rodovias e outras intervenções viárias também não tiveram nenhuma execução estratégica. A única obra de porte é a construção do túnel Santos-Guarujá, mas por iniciativa e com metade da obra custeada pelo governo federal. Pior que isso: o governo de São Paulo radicalizou as concessões das rodovias, ampliando a quantidade de pedágios pelo estado — caros e com prestação de serviços duvidosa. Reflexos da redução do planejamento urbano estatal, com o fechamento e enfraquecimento das empresas públicas do setor, aumento das intervenções via mercado imobiliário e financeiro.

O governo de São Paulo cometeu o escandaloso processo de privatização da Sabesp, entregando essa empresa estratégica nas mãos da iniciativa privada. A privatização teve como pauta o critério ideológico e não técnico. Sua venda foi realizada para a empresa Equatorial Energia, que arrematou 15% das ações — obtendo o controle da empresa — ao preço de R\$6,9 bilhões. Outros 17% foram fragmentados entre outras empresas por R\$7,5 bilhões, totalizando R\$14,4 bilhões. O governo de São Paulo abriu mão de 50,3% do controle da empresa para ficar com apenas 18% do total. Trata-se de uma completa falta de responsabilidade com um bem fundamental para a vida humana: a água. São Paulo age na contramão do mundo, que, na maioria dos casos, tem reestatizado empresas de saneamento.

Além da Sabesp, outros setores econômicos são alvo do Bolsonarismo Paulista comandado por Tarcísio. O setor de transporte foi muito atingido já no governo anterior com a privatização das linhas 5 e 17 do Metrô e as linhas 8 e 9 da CPTM. Tarcísio não só não puniu as inúmeras irregularidades que prejudicaram milhares de passageiros, ainda fez vários “ajustes econômicos no contrato” que garantiu enormes ganhos financeiros para a Via Mobilidade. Não satisfeito com o transtorno da privatização das linhas da CPTM, Tarcísio fez a liquidação da EMTU, importante instrumento de controle e fiscalização dos ônibus metropolitanos, e ainda privatizou mais 3 linhas da CPTM. No Metrô o ataque se dá com o estrangulamento financeiro, proibição de novas contratações e implementação um tenebroso processo de terceirização das atividades dos metroviários.

No campo dos escândalos, surgiram dois acontecimentos extraordinários. O primeiro foi a descoberta de um esquema de evasão fiscal, comandado por agentes da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, cujos prejuízos ainda não foram totalmente contabilizados. As investigações apontam que as propinas em um dos esquemas giram em torno de R\$1 bilhão. Os números projetados podem representar o maior escândalo da história do estado de São Paulo. Não por acaso, empresários envolvidos nesse esquema, como os grupos Ultrafarma e Fast Shop, são ligados ao bolsonarismo.

O segundo escândalo, praticado institucionalmente, foi a aprovação de isenções fiscais para determinados segmentos econômicos, beneficiando de modo obscuro empresas químicas e agrícolas (Braskem, Yara e Basf), de aviação (TAM, Gol e Azul) e de montagem de componentes eletrônicos, somando mais de R\$10 bilhões que deixarão de entrar nos cofres públicos de São Paulo.

O governo de São Paulo dispõe, neste ano, de R\$33,5 bilhões para investimentos. Não há nenhuma intervenção significativa, exceto o enfraquecimento do estado e a garantia de privilégios aos seus apoiadores. A Desenvolve SP, instituição de fomento utilizada para investir no sistema produtivo paulista, é morosa, cara e ineficiente, não conseguindo atingir parcelas significativas do empresariado paulista, que tem mais facilidade em recorrer ao BNDES e a outras instituições federais, com práticas de juros mais acessíveis.

Na Saúde, a principal atuação do governo foi transferir responsabilidades,

terceirizando os serviços hospitalares e de pronto atendimento para a iniciativa privada. Não há planejamento sobre como fazê-lo, tampouco análise da correlação entre custo e benefício — apenas o critério ideológico da privatização do serviço público. O desmonte também alcança a FURP (Fundação para o Remédio Popular), uma das principais fábricas públicas de medicamentos do Brasil, desempenhando papel estratégico no abastecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, o governo estadual, sob a gestão Tarcísio de Freitas, apresentou um projeto que prevê a sua extinção. Tarcísio de Freitas não construiu um único hospital em toda a sua gestão, passando à história com a inédita marca da incapacidade de entrega.

Na Cultura, no Esporte e nas áreas sociais, a política do governo é de negação. Essas pastas foram entregues a grupos de direita radicalizados, extremistas e messiânicos. Não há avanços nessas áreas; ao contrário, observam-se retrocessos significativos. Estagnação, ausência de projetos, desconexão com o País. Tal ofensiva compõe um processo de disputa de valores e sentidos na sociedade, enfraquecendo referências simbólicas das camadas populares e dificultando a organização social. Além disso, há um bloqueio político do governo, que tem agido para enfraquecer e deslegitimar as ongs, coletivos e entidades da sociedade civil, com negação de parcerias, cortes de editais e exclusão de representação populares dos espaços de decisão. Trata-se de uma política deliberada de silenciamento e desmobilização social, que visa restringir o poder popular e enfraquecer as forças que constroem solidariedade, garantem direitos e denunciam as desigualdades.

A Segurança Pública tem sido a principal marca reacionária de Tarcísio de Freitas: — não no sentido de progresso, mas ele a tem usado como instrumento ideológico de disputa política. Os policiais vêm desempenhando suas funções com instrumentos e materiais de trabalho precários, de qualidade duvidosa, o que coloca em risco suas vidas e as daqueles aos quais cabem proteger. Esse tema segue sendo um dos principais eixos do debate nacional, no qual ainda não conseguimos ocupar o campo das ideias de forma consistente. É necessário entendermos que, no imaginário popular, a segurança é uma prioridade concreta, e precisamos nos aprofundar nesse tema. Governadores da extrema-direita, como Tarcísio, utilizam a segurança como instrumento ideológico de disputa política: transformam operações em espetáculo midiático, legitimam ações letais, expõem trabalhadores e policiais à linha de confronto e capitalizam eleitoralmente sobre esse cenário.

A prática da Polícia Militar de São Paulo tem sido marcada por um consistente aumento nas mortes em ações policiais. Nesse contexto, o discurso dominante é o de “limpar as ruas”. A população pobre e desprovida de estrutura pública são as mais atingidas pela violência do Estado. Aumentou o número de mortes de inocentes — pessoas assassinadas apenas pelo fato de serem pobres e/ou negras, e habitarem bairros populares. O número de mortes por ações policiais aumentou 61% durante o governo Tarcísio de Freitas, com 813 vítimas, enquanto no restante do Brasil houve uma queda de 4%. A morte de crianças e adolescentes em função de ação policial aumentou 120% entre 2022 e 2024. Além disso, negros são 3,7 vezes mais vítimas em intervenções letais da PM. Em 2024 o estado bateu o recorde de feminicídio, com 250 casos.

Nesse mesmo contexto, o governo de São Paulo flexibilizou o uso das câmeras instaladas nos uniformes dos policiais, num movimento contrário ao que tem sido implementado no país.

O crime organizado se beneficia dessas ações, recrutando cada vez mais jovens para seu exército, com facilidade de compra de armamentos e movimentando negócios bilionários. O Primeiro Comando da Capital (PCC), grupo criminoso de origem paulista, tornou-se uma marca multinacional, espalhando-se pelo Brasil e pelo mundo através das mais diversas ações. Enquanto isso, o povo é desprovido de uma obrigação essencial do Estado: a preservação da vida e a segurança. Recentemente, denúncia de esquema entre o crime organizado e o setor financeiro sediado na Faria Lima, bairro nobre da Cidade de São Paulo, foi amplamente noticiado, o que demonstra até onde vai o poder da alta hierarquia criminosa no estado, em que espaço da geografia urbana está sediada e sua simbiose com as altas finanças.

O Governo Tarcísio de Freitas enganou a população ao anunciar a unificação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente com as pastas de Logística e Infraestrutura. Essa ação retirou a importância e o status de secretaria independente — um patamar alcançado desde o Governo Montoro. Na prática, a medida desarticulou o sistema de proteção ambiental estadual e os principais programas em curso. Além disso, o governo, por meio de entidades ligadas à direita, cooptou o CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), o mais importante coletivo de decisão ambiental do estado.

Esse governo perpetua uma política que esvazia a pauta habitacional, desligada de um projeto de planejamento urbano que vise reduzir as desigualdades regionais em um território diverso do Estado de São Paulo. O desmonte do CDHU está associado a políticas de financeirização da moradia e que ampliam as formas rentistas de apropriação da terra. As políticas de habitação, urbanização e regularização fundiária devem estar associada às iniciativas de soluções baseadas na natureza que reduzam os riscos ambientais inerentes a forma de apropriação das cidades enquanto produto; perspectiva que empurra populações para locais que sofrem com enchentes, deslizamentos e sem perspectiva de melhorias.

Para isso, pautar habitação e urbanização devem estar integrados a planos de desenvolvimento regional integrando-se a questões econômicas e sociais que rompam com a ligação direta a interesses rentistas.

O tarifaço que o governo dos EUA promoveu contra o Brasil, orquestrado pela família Bolsonaro, atingiu em cheio o sistema produtivo de São Paulo, sobretudo as exportações de commodity. Essa operação fragmentou as classes dominantes paulistas, entre uma parcela que considera a estratégia oportuna para pressionar o governo Lula e outra que vê sérios prejuízos em seus negócios.

No meio dessa fragmentação, criou-se uma divisão importante entre o governador Tarcísio de Freitas, que tenta ser interlocutor junto ao governo dos EUA para reduzir as tarifas, e a família Bolsonaro, particularmente o deputado federal Eduardo Bolsonaro, que abriu fogo contra o governador, blindando qualquer tentativa de negociação. São Paulo é um dos estados mais prejudicados com o tarifaço de Trump/Bolsonaro.

Para fechar o ciclo de análise do poder político de São Paulo, é preciso considerar que tanto o governador Tarcísio de Freitas quanto seu governo conseguiram arregimentar uma frente ampla que lhe dá sustentação — inclusive com partidos e lideranças que estão sendo disputados por vários movimentos e projetos nacionais. Partidos como o PSD e o MDB, fazem parte do bloco político do poder paulista, ao mesmo tempo em que têm presença no primeiro escalão do Governo Lula. Tarcísio tentará construir uma “frente ampla” com partidos de extrema-direita, direita e centro para disputar o governo de São Paulo ou a Presidência da República.

Tarcísio de Freitas tem alto índice de aprovação, baseado na esperta política de alimentar a polarização contra a esquerda. O governador está bem posicionado nas pesquisas e é o favorito para sua reeleição. Mas, no caso de ir à disputa nacional, abrirá um conflito no campo conservador em torno de sua sucessão no estado, o que abre possibilidades de vitória do campo democrático e progressista.

A disputa em São Paulo está aberta, com muitos e variados movimentos a serem feitos. Se Tarcísio de Freitas disputar o governo de São Paulo, unificará todo um campo no seu entorno. Se disputar a Presidência da República, possivelmente haverá uma fragmentação desse campo, com mais de duas candidaturas do campo conservador.

Há divisões no campo adversário. Os membros da família Bolsonaro resistem à alternativa Tarcísio. Também setores do centro, e ligados à produção, ficaram inseguros com as posições mais radicalizadas. É preciso explorar as contradições da extrema direita com a direita, e, especialmente disputar o centro político, de modo a constituir uma frente em torno de um programa para o estado cujos eixos sejam o progresso econômico, maior democracia e direitos sociais.

DESAFIOS DO PCDOB DE SÃO PAULO PARA O PERÍODO 2025/2027

O PCdoB, no estado de São Paulo, precisa, com base no posicionamento nacional do Partido, realizar consistente denúncia da ação de Trump e do imperialismo; defender de maneira firme os Brics; propagandear as conquistas do socialismo, especialmente da China; ter intensa ação de solidariedade internacional, destacadamente na denúncia do genocídio promovido por Israel contra os palestinos e da ameaça contra a Venezuela.

Entrelaçam-se no próximo período desafios de curto e médio prazo para posicionarmos o Partido no estado. Como vimos, o campo político aqui é bastante disputado em todas as dimensões, em especial na esquerda. Assim, ocupar o nosso lugar político é um desafio que envolve múltiplas dimensões de nossa atuação, mas, destacadamente, a nossa afirmação como força em defesa de um projeto nacional que abra caminho para a conquista e construção do socialismo.

Para o próximo biênio, temos essencialmente dois objetivos gerais e um específico:

contribuir para uma vitória do campo patriótico e democrático em 2026; apresentar um novo projeto para o País, com reformas estruturais, visando a construção de uma nova hegemonia; e continuar revigorando o Partido. Esses desafios emanam das orientações nacionais e com elas têm plena sintonia.

Vencer em 2026 – A extrema-direita, apesar de reveses, segue tendo força social e política. Sua ação, que durante longo tempo foi uma ameaça aberta à democracia, no último período revelou-se ainda mais entreguista e traidora do País, cumprindo papel interno de instrumento para o imperialismo estadunidense e seu líder Trump, ao atacar nossa economia, nossas instituições e nossa soberania.

O estado de São Paulo é a principal vítima do tarifaço, como vimos anteriormente. No entanto, o governador Tarcísio de Freitas, traíndo os interesses do estado, em vez de defender nossa economia, defendeu a ação de Trump, afirmando que o Brasil deveria ceder às ameaças, articulou a defesa irrestrita da família Bolsonaro e também a votação de projetos que atacam diretamente o povo, como a PEC da blindagem e a tentativa de garantir a anistia aos golpistas de 8 de janeiro. É preciso isolar e denunciar Tarcísio também como gestor, que tem, como já vimos, uma ação de prejudicar o bem público para beneficiar empresas e bancos, como ficou patente em sua renúncia fiscal de 85 bilhões para os cofres do estado. Sendo o estado de São Paulo, em especial a sua capital, a Unidade Federativa que abriga a maioria das instituições financeiras de grande porte, uma atenção especial ao enfrentamento de sua dominância compete ao PCdoB no estado.

Também em São Paulo, como no País, é preciso promover o isolamento da extrema-direita e se empenhar em atrair setores do centro político e dos setores produtivos, visando à construção de uma frente política e eleitoral, que possa abranger a esquerda unida e parcelas importantes do centro interessadas na defesa da soberania e da economia nacional. O Partido deve ter protagonismo nesta construção mais ampla.

Frente que deve ter um projeto de desenvolvimento econômico e social, com medidas que possam abrir um ciclo sustentado de crescimento do estado e do país. Sem o concurso do estado de São Paulo, um ciclo desse tipo terá mais dificuldades para se realizar nacionalmente.

Os comunistas devem ser a força consequente na defesa da construção dessa frente e desse programa, combatendo o sectarismo e apontando os objetivos imediatos e futuros dos trabalhadores e do povo.

Apresentar um novo projeto para o País, através de reformas estruturais – Ao mesmo tempo, é preciso que o Partido, em São Paulo e no Brasil, possa liderar o debate sobre os limites que pesam contra o desenvolvimento sustentado, apontando o caminho para sua superação. Um novo projeto nacional de desenvolvimento pressupõe uma nova hegemonia política e rupturas indispensáveis. É preciso que o Partido seja um polo da construção desse novo projeto e dessa nova hegemonia. Esse processo deve se realizar de maneira viva e dentro da ação tática imediata, sem perder o rumo necessário e indispensável à estratégia de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, que só poderá vingar a partir do enfrentamento das contradições da construção de um projeto soberano.

São Paulo concentra importante parcela das forças indispensáveis para um novo projeto, a começar pelos trabalhadores, setor crucial. Mas aqui também está parcela expressiva da intelectualidade progressista, de setores médios, de setores produtivos do campo e da cidade, que podem impulsionar um projeto de desenvolvimento sustentado e consistente do país. O Partido precisa atuar constantemente para ser o elemento que faz convergir esses setores para uma consciência dos rumos e das ações necessárias, com amplitude, flexibilidade e firmeza.

Para continuar revigorando o Partido, o elemento fundamental é seu posicionamento político e ideológico. Devemos agir para nos constituirmos como a corrente dos trabalhadores e do povo mais consequente em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento que abra caminho rumo ao socialismo. Devemos atuar sempre com clareza tática, descortino e propaganda estratégica.

Para sustentar esse caminho, é incontornável que o Partido trave árdua luta de ideias contra a direita e a extrema-direita, mas também dentro da esquerda e de setores do centro político. Contra a extrema direita, denunciando seu entreguismo e sua ação antidemocrática e antipovo. Contra a direita, apontando os profundos limites do neoliberalismo e sua ausência de projeto para o país. No campo da esquerda, combatendo o sectarismo, a dispersão, a vacilação e a ausência de um

projeto de nação para o povo e os trabalhadores. Para isso, o Partido precisa estar preparado, com coesão política e ideológica e com quadros com conhecimento e capacidade para enfrentar os embates.

Ao lado da luta de ideias, o Partido necessita consolidar uma força social e política efetiva, pois sem ela não cumprirá plenamente seu papel transformador. Os movimentos sociais enfrentam, neste período, enormes dificuldades tocantes a dispersão, fragilização e limitações na capacidade de mobilização. Mas nós, comunistas, sabemos que a luta social não é linear. É um processo de avanços e recuos, que exige insistência, persistência e direção política consequente. Temos também a convicção de que, mesmo com os limites atuais, não são exploradas todas as potencialidades dos movimentos. Isso constitui um desafio fundamental para nosso Partido. Não podemos encarar isso como problema exclusivo dos movimentos. Sem a vitalidade e a força dos movimentos sociais, o Partido se enfraquece e perde ligação com o povo. Cabe, portanto, ao Partido contribuir para definir rumos, estratégias e formas de atuação que potencializem cada movimento, conferindo-lhes caráter de massa, combatividade e direção política, explorando todas as possibilidades de fortalecimento e articulação entre luta social e luta partidária.

A direção de Partido que não dá atenção aos movimentos sociais deixa de cumprir uma de suas missões centrais. Por outro lado, é preciso que os militantes dos movimentos compreendam também que só tem sentido sua atuação se for em sintonia com a orientação e a construção do Partido. Toda conquista política nasce de um impulso de transformação social. É nos movimentos sociais, que o povo desperta para a luta política; no Partido, ele ganha consciência de seu papel e da necessidade de uma luta mais radical e profunda pela transformação da sociedade. Portanto, o Partido, preservando o caráter amplo e plural dos movimentos sociais, deve desenvolver para cada frente um projeto político claro, articulado e permanentemente acompanhado, garantindo unidade estratégica entre a ação partidária e a dinâmica das lutas sociais.

O partido agrega movimentos sociais que são centrais e indispensáveis, especialmente o movimento sindical dos trabalhadores e o movimento juvenil. Nossa luta também se firma através de movimentos históricos e de resistência como o comunitário, de mulheres e o de combate ao racismo, além da luta pela economia

solidária, LGBTQIA+, inclusão de pessoas com deficiência e meio ambiente. Todos os movimentos precisam renovar suas linhas de atuação, tendo como baliza a organização de amplas parcelas do povo. Mas devemos também estar atentos a novas formas e novos movimentos que emergem e que devem merecer dos comunistas atenção para analisar rumos e potencialidades. É imprescindível garantir o alinhamento político do projeto de desenvolvimento do partido com a atuação dos movimentos sociais, revigorando suas formas de organização e atuação, buscando envolver amplas parcelas do povo na construção de um novo projeto de luta pela emancipação humana.

A luta institucional, especialmente a parlamentar, é hoje uma arena central e indispensável da luta política e social. As regras e condicionamentos tornam o parlamento, nas atuais circunstâncias, campo privilegiado para a ação de forças contrárias ao povo, sendo, ao mesmo tempo, no entanto, um campo adverso para nossa atuação. A presença dos comunistas no parlamento cumpre, todavia, imenso papel para a luta imediata e futura. Faz-se indispensável, apesar das adversidades.

A força eleitoral do Partido se expressa através de sua capacidade política ampla e de sua força efetiva no movimento social. Não teremos um Partido forte eleitoralmente sem ampliarmos nossa força social e política. Assim, longe de existir uma contradição entre nossa luta social e institucional, faz-se indispensável plena sintonia, sinergia e mútua potencialização.

Conquistamos importantes mandatos no pleito de 2024 em cidades relevantes. Temos também mandatos federal e estadual. Precisamos zelar pelo desenvolvimento desses mandatos em sintonia com o Partido e os movimentos sociais, para que ganhem potência e contribuam em sua plenitude para o fortalecimento do Partido e da luta do povo. É preciso também fazer com que nossos parlamentares possam ter maior presença nas cidades e áreas do PCdoB.

Em 2026, teremos um embate decisivo na frente eleitoral. Em termos gerais, já registramos os objetivos. É tarefa fundamental do nosso campo político tirar a esquerda do isolamento em São Paulo e criar condições necessárias para a mais ampla aliança política da oposição. Devemos participar ativamente da construção da chapa majoritária com as balizas políticas já apresentadas acima, mas buscando também preservar interesses partidários na composição.

Nosso documento nacional aponta como vértice de nosso projeto partidário em 2026 a eleição de deputados federais. Em São Paulo, essa diretiva se traduz no objetivo de reeleger Orlando Silva com votação expressiva. Objetivo desafiador, já que na eleição de 2022, apesar de termos realizado uma bela, extensa e combativa campanha que conquistou cerca de 108 mil votos, não conseguimos a titularidade, ficando na primeira suplência. O último eleito em nossa chapa obteve cerca de 124 mil votos. Claro que inúmeros fatores concorreram para essa elevada concentração de votos, mas os dados nos levam a crer que será uma batalha difícilíssima a eleição em 2026.

Consideramos necessário e possível lutar por cerca de 150 mil votos no próximo pleito. O Partido avançou em municípios importantes, e o mandato do nosso deputado se fortaleceu. No entanto, tudo isso só será possível com uma campanha prioritária, ampla, politizada e combativa.

Na Alesp, o Partido tem sido bem representado pela nossa deputada Leci Brandão, que teve grande votação no último pleito. O desafio que se impõe é manter e ampliar nosso espaço na Assembleia Legislativa. Esse desafio deve estar em sintonia e impulsionando o objetivo principal, que é a eleição de um deputado federal.

O desafio da estruturação partidária envolve, além do posicionamento político e ideológico, apetrechar o Partido para a luta de ideias, para uma grande inserção no movimento social e para vitórias efetivas na luta institucional.

Um elemento crucial é a organização partidária e seu sistema de direção. Antes de tudo, é preciso que o Partido se coloque o desafio de crescer, de filiar. Mas aqui há uma questão que merece nosso debate: o Partido obtém filiações, mas não consegue envolver esses novos filiados em sua estrutura orgânica. Não consegue porque subestima o problema e não persegue sua superação. Iniciar um caminho consistente de incorporação de filiados é um desafio de monta para o Partido em todos os níveis, mas que deve ter na direção estadual seu principal dínamo. A organização no Partido deve ser flexível e estar a serviço de nossa política e ideologia, o que não quer dizer frouxidão ou ausência de formas organizativas para o conjunto dos militantes e filiados.

Precisamos, a partir dos principais municípios, de núcleos de direção mais efetivos. Onde não for possível, é preciso constituir pivôs responsáveis para tocar o trabalho, na perspectiva de formar o núcleo. É nas cidades que as lutas ocorrem e o Partido pode existir de fato. Não adianta emanar orientações justas se não houver quem as transforme em ação efetiva nas cidades.

Nesse sentido, revelou-se correta a opção feita pelo Partido no estado de concentrar nossos maiores esforços nos grandes municípios, a começar pela capital. Mas é indispensável também termos, ao lado de uma política intensiva nos grandes centros, uma política extensiva que dê conta de apoiar e desenvolver o Partido nas pequenas e médias cidades.

A estruturação das Macros, como espaço de orientação e acompanhamento político, revela-se fundamental. É um caminho efetivo para aproximar a orientação estadual da realidade do conjunto das cidades.

Em relação ao sistema de direção, do qual os municípios, distritais e as Macros fazem parte, tem centralidade o papel do Comitê Estadual como coletivo de condução do nosso trabalho. É ele que deve zelar pelo acerto na aplicação de nossa tática e de nossa estratégia, nossa unidade e coesão, pela ação indutora do sistema e pelo acompanhamento efetivo do movimento social. O Comitê Estadual deve ser o espaço de debate e deliberação de todas as questões nodais de nossa ação no estado.

A Comissão Política Estadual, que tem maior regularidade que o Pleno do Comitê Estadual, deve, entre uma reunião e outra deste, ser o órgão de debate e deliberação de questões atinentes à nossa ação política, derivadas das decisões do Pleno. Deve também constar entre seus desafios o acompanhamento dos maiores municípios e das frentes principais.

A Comissão Executiva tem o papel de direção cotidiana de nossa atividade. Cabe a ela estruturar e informar o debate para que o Pleno e a Comissão Política tenham condições de deliberar. Tem também a função de aplicar plenamente as decisões dos fóruns deliberativos.

O Fórum dos Secretários, constituído no último período, revelou-se um acerto de

nossa direção. Ajuda a unificar a atividade partidária, superando certa compartimentalização de nossa ação.

Em todos os níveis de organização partidária, faz-se necessário funcionamento regular, debate democrático, unidade e coesão para a ação. Não podemos ter organismos partidários com funcionamento espasmódico, sem debate, sem projeto.

Todo trabalho dos comunistas deve obedecer a um planejamento coletivo, com objetivos e prazos, tarefas, metas, responsabilidades coletivas e individuais definidas, e controle. É um método central de nossa forma de funcionamento.

A propaganda socialista deve ser elemento permanente de nossa ação interna e externa. Atualizando nossas formas de expressão digital para dialogar com as linguagens contemporâneas, conectando o projeto socialista às necessidades concretas do povo trabalhador. Deve ser também instrumento de formação de nossos militantes e filiados.

A comunicação dilatou sobremaneira seu papel na luta política e social. É ela que confere o caráter público do posicionamento do Partido e de suas lideranças. Aqui precisamos combinar o uso adequado das novas tecnologias com instrumentos de caráter mais organizativo, como o Alerta São Paulo. Nosso esforço deve ser o de fazer chegar, de maneira clara e atraente, nossa posição para os trabalhadores e o povo em geral. Para isso, é importante consolidar diretrizes organizativas comuns, com planejamento contínuo e maior integração entre direção estadual, mandatos e organizações municipais, assegurando unidade política e maior alcance público da comunicação partidária.

A ação política é condicionada pelas condições materiais e financeiras. Assim, sem ampliar a base material do Partido, não há como potencializar sua ação política. Isso envolve a liberação de quadros, pagamento de sedes, publicação de impressos, produção de comunicação etc. A contribuição militante é decisiva para a ação partidária. Ao lado dela, inúmeras formas de constituir base material para nossa ação devem contar com o concurso ativo de militantes e filiados.

O trabalho de formação política e ideológica deve ser permanente e buscar envolver todos os níveis do Partido. Deve ser vivo e multifacetado. Deve relacionar-se com

nosso acompanhamento realizado pelo departamento de quadros.

Dentro de nosso sistema de propaganda, especial papel cumpre a Fundação Maurício Grabois. Estruturar a seção paulista e colocá-la em funcionamento em sintonia com a nacional deve ser uma das tarefas do próximo período.

Todas essas tarefas devem ser desdobradas em um plano efetivo pelo Partido, de maneira criativa e determinada. As tarefas de âmbito estadual serão objeto de planejamento pelo Comitê Estadual.

São tarefas para perseguir um Partido com rumo tático e estratégico, coeso, com força no movimento social, com representação na Câmara dos Deputados e na Alesp, com capacidade política e amplitude, com força nas cidades, para que possa ocupar seu lugar de única corrente consequente de defesa do projeto nacional e do socialismo.